

Diário do Legislativo de 10/03/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 72ª Reunião Extraordinária

1.2 - 73ª Reunião Extraordinária

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 1º/3/2000

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212; discurso do Deputado Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Sebastião Costa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.658, de 27/12/79, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Eduardo Brandão opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, antes de iniciar a discussão desse veto, gostaríamos de fazer um registro, a fim de que possa ser feita uma reavaliação técnica da

conveniência da utilização da votação eletrônica, porque procurei registrar minha presença, e não foi possível. Tentamos em mais de uma mesa, para verificar se seria um defeito localizado, mas não conseguimos fazer o registro em nenhuma das outras. Queremos crer que talvez, hoje, a votação por meio do painel esteja prejudicada em razão dessa questão.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vimos a esta tribuna não para encaminhar contrariamente a esse veto, como alguns poderiam pensar. O veto em si não descaracteriza a proposição, não altera o seu espírito, não modifica a sua essência. Estamos apenas aproveitando este espaço para mostrar à população de Minas Gerais a nossa preocupação com a questão do turismo e com a sua importância, quer no campo social, quer no campo cultural e econômico.

Por esta razão é que nós, que somos tachados aqui como Deputados da Oposição, estamos aproveitando este espaço: para lembrar que não temos nada em contrário com relação a esse veto. A questão do turismo, tão defendida aqui pela Deputada Elbe Brandão e por todos aqueles que têm suas vistas voltadas para esse setor, pode e deve ser incrementada, para que possamos transformar essa atividade, porque ela é hoje considerada apenas por poucas pessoas, mas dentro de pouco tempo estará sendo importante economicamente para o Estado de Minas Gerais, um Estado que tem, no seu território, beleza natural inigualável, com as suas montanhas, cachoeiras, encostas e, sobretudo, com alguma coisa que ainda nos resta de mata atlântica.

Portanto, nossa posição é favorável ao veto, porque ele não modifica em praticamente nada a essência do projeto inicial. Todavia, queremos, como disse e repito, aproveitar o espaço regimental que temos para fazer alguns comentários. Entre eles, queremos fazer outro registro. Pode parecer até estranho, mas estivemos no Plenário da Assembléia no dia em que o PT formalmente comemorou, aqui, seus 20 anos de existência. Participamos, porque pertencemos a um partido político desde sua fundação, não tendo nunca modificado nossa postura nem tampouco mudado de legenda. Estamos no mesmo partido desde o início de nossa trajetória. Todavia, aprendemos a valorizar as agremiações que se definem ideologicamente, que procuram manter a sua doutrina, transformando-a em uma prática de forma coerente. É por essa razão e pelo respeito que temos pelo PT que aqui participamos da reunião solene para comemorar os seus 20 anos de existência.

Estamos, aqui, na Oposição e sabemos que o PT tem um passado histórico na posição em que estamos. Temos a certeza de que a sua contribuição foi maior quando ele esteve de fato dentro de seu perfil, fazendo oposição aos Governos. Queremos também lembrar que o PT sempre mostrou ser um partido de luta e de combate e que ele começou no movimento reivindicatório por melhores salários e condições de emprego e de trabalho. Todavia, podemos adiantar que, a partir de algumas experiências desse partido, achamos até que podemos avançar um pouco mais, dizendo que em alguns pontos ele acertou na administração pública, tendo fracassado em outros. Como todo partido político, o PT tem a oportunidade de acertos e desacertos.

Vale lembrar também que o turismo a que nos referimos, para conseguir, de fato, um maior espaço dentro do contexto político de Minas Gerais, precisa que o Estado se conscientize e tenha um melhor relacionamento externo dentro e fora do País: com outros Estados da Federação e com os compromissos externos do Estado de Minas Gerais. A medida que criarmos condições para isso e o Governo do Estado passar a adotar como filosofia e meta não deixar de pagar os compromissos dizendo que não paga, mas, de fato, anunciar sua predisposição e boa-vontade, teremos, naturalmente, fontes externas para investir naquilo que temos de belo e de grandioso, que são as nossas condições naturais.

Minas Gerais não é um Estado grande apenas em território, mas também em seus valores, em sua beleza natural. Poucos Estados da Federação têm o privilégio que temos de estar em uma região central, sendo contemplados por vários fatores que a natureza nos delegou. Por essa razão, é preciso que essa atividade se intensifique e que o turismo passe a ser prioridade, e não, discurso de campanha. O turismo precisa ser explorado neste Estado com grandeza e com aquilo que ele pode representar, tanto no aspecto cultural quanto no econômico. Queremos lembrar aqui que a nossa participação não é sempre contra, como alguns pensam. Em alguns casos, somos favoráveis, como no desse veto. Como dissemos no início e vamos repetir agora, quando o veto não modifica a essência da proposição, entendemos que ele vem apenas para corrigir certos aspectos. E esse foi um. Por isso, estamos aqui defendendo a sua manutenção. Todavia, voltamos a repetir: a Oposição tem que se valer do espaço que a lei ou o Regimento lhe asseguram para falar à população de Minas Gerais sobre o conhecimento que temos do Estado e, nessas oportunidades, fazer justiça às agremiações e aos nossos governantes. Fazer, sobretudo, justiça à população e à nossa consciência. Quando o assunto merece crítica, estamos aqui para criticar. Mas também temos a grandeza de reconhecer quando há acertos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Quero agradecer ao nobre Deputado Sebastião Costa sua presença aqui, na oportunidade da cerimônia comemorativa dos 20 anos do PT, e também suas palavras de estímulo sobre o nosso partido, suas palavras elogiosas. Queremos também reafirmar que acreditamos que a Secretaria do Turismo terá um trabalho profícuo e importante para o nosso Estado. O nobre Secretário Manoel Costa, que estava à frente da Secretaria do Planejamento, fez uma proposta de PMDI e outras com seriedade e competência.

Agora, vai tornar Minas referência nacional de turismo. Como V. Exa. bem disse, não faltam ao nosso Estado as riquezas culturais e naturais. Isso faz de Minas, de fato, um Estado onde se pode dar prioridade ao turismo. Somos favoráveis também ao veto, porque apenas define que os convênios sejam feitos pela Secretaria. Em hipótese nenhuma descaracteriza a TURMINAS. Foi uma proposta da colega Elbe Brandão, mas teve o apoio de todos nesta Casa. Gostaria de reafirmar a proposta de levar a sério o nosso Estado. Que possamos questionar aquilo que deve ser questionado, e esse é o papel do parlamentar, mas que possamos também valorizar tudo de bom que tem acontecido neste Estado e neste Governo. Muito obrigada.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço as palavras da Deputada Maria Tereza Lara.

O Deputado Alberto Bejani, nosso companheiro de partido, esteve, na semana passada, visitando o Estado do Paraná, que é governado por um membro do nosso partido, o PFL. Como já havia estado lá anteriormente, pudemos conferir nossas impressões com as informações que o Deputado Alberto Bejani nos traz. Ele esteve em Curitiba, a fim de verificar como funciona aquela cidade do Paraná, sua forma de ser administrada, enfim, seus avanços. Então, pudemos constatar que a impressão não fora só nossa e que, de fato, o Estado do Paraná fez sua opção pelo positivo. Esse Estado não se preocupa em ficar tirando proveito de coisas pequenas, de fracassos. Pelo contrário, ele tem uma agenda positiva. Ele cresce, está organizado, atrai investimentos, porque seu Governador tem espírito público e preocupação com o seu crescimento, coisa que todo brasileiro precisaria ter. Temos a certeza de que o Deputado Alberto Bejani, homem público consciente, ex-Prefeito de Juiz Fora, pessoa que exerce nessa região uma liderança incontestável, foi a Curitiba exatamente para confrontar suas experiências administrativas, podendo dar uma grande contribuição, não somente a este pronunciamento, mas também a Juiz de Fora e a Minas Gerais.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Agradeço as palavras do Deputado Sebastião Costa. Nesta vida, devemos procurar sempre aprender as coisas boas. Existem poucas coisas para se criarem. Nesta vida, e não é vergonha falar, o que existe é cópia das coisas boas, que foram estudadas, projetadas e que deram certo. Curitiba é exemplo disso. Como disse ontem o Deputado Miguel Martini, o taxista em Curitiba é treinado para mostrar ao passageiro como a cidade se desenvolve na área de turismo. Existe um ônibus de turismo patrocinado pela Prefeitura de Curitiba que conduz gratuitamente os visitantes que querem ver os pólos de turismo. Há em todos os hotéis, em letras graúdas, para que as pessoas possam ler com facilidade, todo o projeto político de turismo, os locais, o que existe. Isso nos dá a certeza que não é à toa que Jaime Lerner, que nos orgulha por ser do PFL, hoje é um nome de respeito internacional. O Prefeito de Nova Iorque lá esteve para conversar, na semana passada, e buscar o projeto do ônibus biarticulado, porque o metrô que estavam contruindo não iria funcionar. Isso nos orgulha. Somos a favor do veto, como disse bem o Deputado Sebastião Costa, não somos uma Oposição burra. A nossa Oposição está com os pés no chão.

Daquilo que é importante para Minas, assinamos em baixo, votamos a favor, porque, acima de nós, acima dos partidos, acima de alguns pensamentos retrógrados, está a população mineira.

Parabenizo-o por seu discurso. Sempre o admirei como uma pessoa equilibrada, um homem que sabe o que faz. Fica aqui o meu aplauso pela sua posição na tribuna desta Casa a respeito não só do turismo, mas do reconhecimento ao PT nos seus 20 anos. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos o Deputado Alberto Bejani, que ontem, numa reunião que tivemos, mostrou com riqueza de detalhes como se conduz um Estado com uma agenda positiva. Quando todos os Governadores de Estado estavam discutindo a renegociação de dívida com a União, o Governador do Paraná, numa entrevista longa, disse que se o comprometimento da dívida chegasse a 12% do seu orçamento, teria de ser competente para fazer com que os outros 88% crescessem de tal forma que esses 12% se reduzissem a 2% ou 3% no final do seu mandato. Ou seja, quem governa com uma visão futura, com uma visão de quem sabe o que quer, está, de fato, bem consigo mesmo; é diferente.

O Governador do Paraná tem sido um exemplo e é considerado por alguns estudiosos como um dos oito melhores administradores públicos do mundo. É muito gratificante para nós ter um companheiro de partido com esse gabarito. Ele, que já foi Prefeito de Curitiba por dois mandatos e talvez o planejador de todas as grandes mudanças daquela cidade, hoje é o Governador daquele Estado, e em sua reeleição chegou a obter mais de 60% dos votos no 1º turno. Isso revela que ele é, de fato, um Governador comprometido e consciente de que não se faz progresso falando em desgraça, que só se faz progredir um Estado quando se pensa positivamente, de forma grandiosa, com espírito elevado e desarmado. Agindo assim, hoje o Estado do Paraná é um exemplo de administração, como disse o Deputado Alberto Bejani.

Voltando ao assunto do turismo, vale lembrar que o nosso papel aqui é valorizar e tentar despertar nos mineiros a auto-estima, como fez o Governador Jaime Lerner no Paraná. Despertar a auto-estima para que os mineiros possam, de fato, conhecer o seu Estado e se transformar nos propagandistas daquilo que temos de positivo e de bom. Às vezes, temos uma preocupação muito grande em viajar para o exterior, para fora de Minas, quando deveríamos estar primeiro conhecendo o nosso Estado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Gostaria de agradecer o Deputado Sebastião Costa e parabenizá-lo por suas colocações.

V. Exa. busca no Estado do Paraná um referencial, que sabemos ser positivo. Fiquei refletindo como as coisas estão em Minas Gerais. Referencial é bom por isso. Fico imaginando a criação da Secretaria de Turismo, que temos de aplaudir, sim. Turismo, hoje, é um empreendimento, é a chamada indústria sem chaminé, é um ponto de geração de emprego e renda importante para os mineiros. Porém, para se fazer turismo, várias condições são necessárias, Deputado Sebastião Costa.

O turista procura um lugar confortável e agradável. Temos, então, de fazer alguns paralelos com relação ao Estado de Minas Gerais. Como está, por exemplo, a TURMINAS, que é um braço operacional da Secretaria de Turismo, que foi salva por esta Casa? É bom dizer que o projeto original do Governador pretendia eliminá-la. Devemos um voto de louvor à Deputada Elbe Brandão, que brigou muito por essa área.

Para fazer turismo, em primeiro lugar, precisa-se de dinheiro. Investimentos públicos no turismo não são mais aceitos. Os investimentos são privados. Evidentemente, investimento de poupança brasileira, hoje, está limitado. É claro que precisamos do dinheiro do americano e do europeu, para que venham investir em turismo. Essa é uma condição "sine qua non". Como V. Exa. busca na sua imaginação o comparativo com Jaime Lerner, será que o comportamento do nosso Governador está voltado para a abertura do Estado da maneira como está ocorrendo no Paraná, para que os investidores venham aportar em Minas, que tem muitos recursos turísticos, a fim de incrementar o turismo? Pelo comportamento de Minas Gerais, podemos estar chovendo no molhado. Aí não basta criar Secretaria de Turismo, porque só criar não adianta.

A outra condição são as nossas estradas. Turista gosta de boas estradas. Como estão as estradas do Estado de Minas Gerais? Turista quer segurança. Como está a segurança no nosso Estado?

Portanto, é dentro dessa luz e dessa comparação que V. Exa. faz com o Estado do Paraná, inteligentemente, que tem lá o Jaime Lerner, que é do nosso partido e é uma referência positiva para todo o País, que gostaria que entrasse nessa linha, dando o seu parecer de como está vendo Minas Gerais em relação ao incremento do turismo. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção do Deputado Paulo Piau, que raciocinou exatamente na direção para onde eu caminhava. Parece até que ele conseguiu antever os fatos que abordáramos.

Ficamos a perguntar agora: será que a Secretaria de Turismo vai existir filosoficamente? Ou na prática vai ser operacionalizada? Como será a operacionalização das ações do turismo em Minas Gerais? Quem vai investir? Os mineiros? Os brasileiros de outros Estados? Alguém do exterior? Como estão o relacionamento e o conceito de Minas Gerais junto àqueles que poderiam ter disponibilidade financeira para investir? Qual o conceito? Essa indagação deixamos para o telespectador.

A Oposição tem esse papel aqui. Não é fazer obstrução. Pelo contrário: somos favoráveis. Estamos aproveitando o espaço para fazer esse questionamento. Qual a impressão que o investidor externo tem, hoje, de Minas Gerais? Fica essa pergunta para o telespectador inteligente e para os senhores parlamentares conscientes: como estaria a predisposição de alguém, dentro do território nacional, com a dificuldade de relacionamento, que é conhecida de todos, entre os órgãos governamentais e esses investidores? Isso, até mesmo, pode ser uma forma desmedida de demonstrar essa posição como espaço ideológico.

Queremos passar essa preocupação para todos nós neste momento em que discutimos um veto. Não estamos discutindo com o objetivo de fazer oposição a ele, mas de conscientizar a todos - Deputados da Oposição e da Situação - de que somos favoráveis e votamos favoravelmente a esse projeto de lei quando a intervenção da Deputada Elbe Brandão demonstrou naquele momento que o Poder Legislativo deu uma grande contribuição a Minas Gerais. Porque, no projeto original, a TURMINAS deixava de existir, e, graças a seu empenho e à sensibilidade de todos os parlamentares, foi possível fazer a modificação permitindo que ela continuasse a existir. Isso é importante, mesmo porque, para se discutir um assunto de tamanha grandeza, não se podia também eliminar de vez uma empresa tão importante do setor.

Voltamos a desenvolver o raciocínio na mesma linha do Deputado Paulo Piau. Agora fica a dúvida. De onde virão os recursos? Teremos uma Secretaria e não teremos a materialização do turismo em Minas Gerais? Seria a pergunta que deixamos com o telespectador e com os Deputados: Quem vai investir no setor? Ou o Governo do Estado vai se dispor a mudar a sua postura e passar a admitir que os recursos, sendo bem aplicados, não importando de onde venham, desde que venham de fonte legítima, estarão contribuindo para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Por essas considerações, estamos usando desse prazo regimental. Mas queremos também lembrar ao Presidente que a votação de um veto, mesmo com a predisposição da Situação e da Oposição em mantê-lo, talvez o número de Deputados em plenário possa não ser o suficiente para que possamos viabilizar a votação.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Por essa razão e até mesmo por economia de tempo, reservando para depois o prazo de que ainda disponho, de cerca de 22 minutos, gostaria que Sr. Presidente, ao verificar que não existe "quorum" para a votação, encerrasse de plano a reunião.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum"

O Sr. Secretário (Deputado Bené Guedes) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, temos a certeza de que V. Exa. é uma pessoa que tem um espírito de justiça. Naturalmente, sobre esses 5 minutos que gastamos para fazer a recomposição de "quorum", no final, temos a certeza de que V. Exa. haverá de me repor esse tempo, porque 5 minutos são preciosos, às vezes, para conclusão de raciocínio e - quem sabe? - até para convencimento, muito embora entendamos que estamos aqui muito mais com a preocupação de esclarecer.

Não estamos nos opondo ao veto; pelo contrário, estamos satisfeitos, achando que ele veio contribuir e que, de fato, era necessário. Estamos aproveitando para discutir o turismo como um todo. Nesta oportunidade, estamos nos valendo, portanto, desses minutos que o Regimento assegura ao orador que se dispõe a discutir a matéria. Podemos, nesse período, procurar não só externar a nossa preocupação com o tema, como também mostrar que a Oposição, aqui, na Casa, não faz oposição por prazer. Muito pelo contrário. Nós, do meu Partido, o PSDB, estamos aqui para dar uma contribuição a Minas Gerais. Estamos procurando fazer isso de todas as formas possíveis. Uma delas seria conscientizando a opinião pública de Minas Gerais sobre os temas abordados e as matérias aqui votadas. Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio, que a está solicitando. Tenho a certeza de que ele tem uma grande contribuição a dar a todos nós e ao parlamento de Minas Gerais, neste momento.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o ilustre Deputado Sebastião Costa, parlamentar trabalhador, inteligente e que representa com muita dignidade a sua região neste parlamento. Estamos ouvindo, atentamente, a sua exposição sobre o veto ao projeto do turismo. A Oposição nesta Casa é construtiva, uma Oposição que procura, realmente, conciliar os interesses do povo de Minas Gerais e também as posições do leque partidário que existe nesta Casa, buscando a convergência,

sobretudo, a virtude que é a verdade, o que é o mais importante para o povo de Minas de Gerais.

A Oposição está convergente com a Situação no tocante ao veto parcial do Governador a um projeto, quando se tem dois departamentos para cuidar do turismo. Um operacionaliza o turismo, outro faz o planejamento, os convênios. Nessa situação, quando se buscou que os convênios fossem também realizados com a EMBRATUR, através do setor de operacionalização, o Governador, por coerência, colocou o veto, permitindo somente que a Secretaria de Turismo o fizesse, porque essa é a função própria, a de convênios. Neste momento, gostaríamos de salientar também o papel importante com relação à manutenção do setor de operacionalização, trabalho da nossa querida Deputada Elbe Brandão.

Quando se fala em turismo, fazemos coro com as palavras do Deputado Paulo Piau e com a maravilhosa ala política desta Casa em prol do turismo.

As avaliações do Deputado Sebastião Costa não constituem obstrução. O que ele está fazendo é uma exposição sobre a real situação do turismo no Brasil e mostrando que o PFL está atento a todos os projetos que aqui tramitam.

Nós, do PSDB, partido que também faz oposição ao Palácio, entendemos que o Governador é um homem honrado, tem procurado acertar, mas, na nossa concepção, a arte da política é resolver conflitos, é conciliar interesses coletivos e particulares, contraditórios muitas vezes. A política é a arte da conciliação, que tem que trazer, como resultante, o dividendo político. E o que é o dividendo político? É o benefício ao povo.

Muitas vezes, ficamos tristes quando o Governador dá vazão a seu ímpeto, não segura a emoção e toma partido contra o Presidente da República, de forma a causar prejuízo ao povo de Minas Gerais. Um exemplo disso, que marcou bastante seu Governo desde o início, foi a moratória.

A moratória foi uma atitude unilateral do Governador. Moratória é a prorrogação do prazo de uma dívida, concedida pelo credor ao devedor, com a solicitação do devedor e a aquiescência do credor. É um acordo bilateral, com chancela jurídica. Mas não foi o que aconteceu. O Governador tomou uma atitude unilateral, equivocada, ao declarar a moratória e jogou os mineiros contra o Presidente da República. Um Estado federado não pode fazer isso. A prudência é essencial na política, e o Governador não foi prudente.

Todos sabemos que a moratória teve repercussão internacional negativa: o dólar oscilou; transtornos foram causados ao Governo brasileiro no que diz respeito à sua posição no cenário econômico-financeiro internacional, e o povo mineiro ficou dividido, sem saber se atendia à Federação, se ao Governador. Tudo isso sem falar no episódio de Furnas. Falou-se até em guerra civil. Ora, isso é fantasia infantil.

Respeitamos o Governador, mas a serenidade e a prudência na política são muito importantes. Não basta ser honesto. Sabemos que ele é honesto. Sabemos que a máquina administrativa de Minas é grande. Tanto é fato que, desde ontem, já estamos com uma proposta para conseguir uma CPI sobre as obras iniciadas sem licitação.

Terminando, gostaria de dizer que a Oposição está atenta. A máquina administrativa é grande, e a burocracia impede que o Governador tenha controle total do Estado. Nesse processo, é preciso ter serenidade, paciência e controle real da máquina de forma inteligente.

Vamos dizer que faltou dinheiro para o turismo. Como vamos incrementar uma política de turismo, se as estradas estão em péssimas condições? O Estado ainda tem muitos problemas de educação e saúde, como todo o Brasil. O turismo precisa ser implantado, mas não é prioridade, embora tenha que se desenvolver.

Gostaria que refletíssemos sobre essas questões levantadas e de agradecer o aparte do Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção do Deputado Hely Tarquínio e queremos esclarecer que procuramos nos ater às normas regimentais. Por ocasião do encaminhamento da votação, temos de nos ater à condição expressa da matéria. Todavia, no decorrer da discussão, somos mais flexíveis.

Daí entendermos, Sr. Presidente, que são pertinentes as colocações do Deputado Hely Tarquínio, mesmo porque lhe concedemos parte do tempo de que dispúnhamos para discutir. Sabíamos que o objetivo final de sua intervenção era chegar em como se materializará a política de turismo no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. o aparte que me concedeu. Quero cumprimentá-lo pela discussão ilustrada, bem informada e correta de uma matéria que é tão importante para nós.

Todos reconhecemos que a indústria do turismo é o caminho para a redenção econômica de Minas Gerais, que tem na diversidade cultural do trabalho realizado por seu povo, na diversidade de paisagens e regiões uma de suas maiores riquezas. Enfim, Minas Gerais tem muito a oferecer em matéria de turismo: turismo ecológico, histórico, de todos os tipos.

Quando Secretário da Cultura, pude acompanhar de perto as imensas possibilidades e o forte desejo da população de Minas Gerais de investir pesado nessa possibilidade de redenção econômica para a nossa juventude.

Não tenho dúvida de que a criação da Secretaria de Turismo é uma decisão correta do Governador Itamar Franco. Não tenho dúvida também, caro Deputado Sebastião Costa, de que o Governador Itamar Franco é um homem que valoriza imensamente o turismo. O exemplo mais eloqüente dessa valorização é que ele viaja muito. Está sempre viajando, fazendo turismo por várias regiões. Talvez seja o contrário: como ele praticamente mora fora do Estado, faz muito turismo em Minas Gerais. Vem algumas vezes aqui e gosta muito de estar aqui, com os mineiros, de visitar uma ou outra reunião. Essa é uma demonstração clara de que o Governador Itamar Franco o valoriza de maneira inequívoca. Ninguém pode acusá-lo de que não valoriza o turismo como uma atividade de lazer, de conhecimento. Às vezes, ele vem a Belo Horizonte e fica conhecendo coisas da nossa cidade.

Acho tudo isso muito importante, mas a principal razão do meu aparte é que V. Exa. falou sobre o uso correto de verbas públicas. Esse é um problema fundamental, e, só a partir daí, teremos recursos efetivos para investir na infra-estrutura de turismo no Estado. E o problema da infra-estrutura envolve várias questões. Quero agora chegar ao ponto fundamental do meu aparte: envolve também o fato de que precisamos ter, em Minas Gerais, uma malha ferroviária e rodoviária efetivas, a fim de que as pessoas possam visitar o Estado, sobretudo o Sul de Minas, que é uma das regiões mais bonitas que já conheci na vida. Não sou uma pessoa tão viajada assim, mas, pelas poucas viagens que pude fazer, sei disso. As terras altas da Mantiqueira e vários outros locais de Minas têm de ser conhecidos, a começar pelos mineiros de outras regiões que não conhecem o Estado e também por todos os brasileiros.

Posso afirmar a V. Exa. que aquela é uma região que merece uma boa infra-estrutura de turismo nos muitos municípios que temos ali. Temos as estâncias hidrominerais, o turismo histórico e o ecológico. O Sul de Minas pode nos oferecer tudo isso. Melhor que eu podem dizer os meus colegas, os ilustres representantes do Sul de Minas nesta Casa, que podem falar com mais autoridade do que estou dizendo.

Digo isso para deixar claro a V. Exa., a todos os Deputados e a toda a população de Minas Gerais que ninguém mais do que nós é a favor de investimentos nas estradas, da recuperação das estradas, da construção de novas estradas vicinais. Tudo isso são obras fundamentais. Antes mesmo da tragédia das enchentes, isso já era necessário, e agora, mais ainda. O que estamos querendo é chamar a atenção da população e das autoridades encarregadas de fiscalizar o Poder Executivo, entre as quais, nós, Deputados. O Deputado Sebastião Costa e o ilustre colega que preside esta reunião, Deputado Gil Pereira, sabem muito bem que, entre as nossas atribuições constitucionais, está a de fiscalizar o Poder Executivo. O que pedimos, em nome do povo de Minas Gerais, é que isso seja feito com transparência, de forma correta, inequívoca. O dinheiro público é pouco, é curto. O nosso Estado é pobre, em um País pobre, e cada tostão tem de ser usado corretamente.

Quero reafirmar que, absolutamente, não somos contra o investimento na construção ou reconstrução de nossas estradas. O que solicitamos é, tão-somente, que isso seja feito de forma correta. Se há dispensa de licitação, que a Lei nº 8.666 seja respeitada, uma lei que, em boa hora, foi sancionada pelo então Presidente Itamar Franco. Então, que ele seja o principal guardião dessa lei. Ela é clara quanto à dispensa de licitação no setor rodoviário, como no caso de trechos que estão interrompidos. Evidentemente, é uma urgência, há necessidade de dispensa de licitação, como também no caso de pontes que caíram, impedindo o livre trânsito de pessoas, mercadorias, etc.

O que pedimos é apenas o cumprimento correto da lei. Somos os primeiros a aplaudir esse Governador ou qualquer outra autoridade que investir na construção de estradas no Sul, em todas as regiões de Minas, a qualquer momento, com enchente, sem enchente, de qualquer maneira, mas que isso não sirva de desculpa para que outras pessoas... Já disse ontem que não teria o prazer de ser o primeiro a afirmar que o Governador não é uma pessoa honrada. Até hoje, nunca tive razão, ao longo da minha vida, para dizer que o Governador de Minas não é uma pessoa correta. Não estamos afirmando isso e não queremos fazê-lo.

Queremos apenas dizer que ele é o responsável por todas as pessoas que estão em seu Governo, por todos os atos e medidas tomadas em nome do Governo de Minas, porque ele é a principal autoridade do Estado.

Então, se houver dispensa de licitação, esperamos que se cumpra efetivamente a legislação, para que os meus queridos conterrâneos do Sul de Minas não sejam prejudicados, nem a população, as Prefeituras, enfim, toda a região. Ela tem recebido investimentos importantes, como a duplicação da BR-381, que é a mais importante, a mais eloquente demonstração disso. Agradeço a V. Exa. a oportunidade que me deu de estar aqui, registrando tudo isso de forma definitiva. Hoje, à tarde, voltarei a falar sobre essa matéria. Estou inscrito para falar da tribuna, deixando claro para a população de Minas Gerais que todos nós, Deputados da Oposição e da Situação de todas as regiões de Minas Gerais, somos a favor de todas as obras. Exigimos apenas que se cumpra a lei. É apenas isso. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradecemos a intervenção do Deputado Amílcar Martins, assim como ao Deputado Hely Tarquínio. Nesta oportunidade, quando estamos prestes a encerrar nosso pronunciamento, vemos o Deputado Luiz Tadeu Leite ao microfone e lhe concedemos aparte, reservando-nos, com sua compreensão, o tempo suficiente para concluir nosso raciocínio.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Nobre Deputado Sebastião Costa, quero cumprimentá-lo pela maneira lúcida com que vem analisando esse veto. Trata-se de um veto parcial, em apenas um ou dois artigos, que mostra que o Governador quis valorizar o projeto. Na verdade, esse veto não muda o sentido do que foi inicialmente proposto. Hoje, em Minas Gerais, temos a felicidade de ter um Governador que se preocupa com o turismo, não em tom de blague, como foi dito, mas com seriedade. O PRODETUR, por exemplo, que passou os últimos quatro anos sem andar um passo e foi inviabilizado pelo Governo anterior, agora foi ressuscitado. Voltamos a ter esperança de que o PRODETUR, que passou o último Governo em águas limpas, sem nenhuma tramitação, venha a beneficiar principalmente o Norte de Minas e a região da SUDENE.

Quanto às viagens do Governador Itamar Franco, gostaria que todos se lembrassem de que Minas Gerais é privilegiada por ter um Governador que é chamado para falar nas maiores e mais acreditadas casas do mundo: em Nova Iorque, Paris, Lisboa. Ele é chamado porque foi Presidente da República e leva essa autoridade. Governadores de um passado recente, que eram figurinhas ridículas, sem nenhuma expressão, não eram chamados a lugar nenhum e só poderiam viajar fazendo turismo nos Andes, esquiando, enquanto as águas tomavam conta e as enchentes inundavam o Sul de Minas Gerais, conforme aconteceu em um passado muito recente.

Então, um Governador que é chamado para falar na ONU, na UNESCO e nos grandes organismos internacionais é motivo de orgulho para Minas Gerais. Mas nunca se ouviu dizer que o Governador Itamar Franco tenha ido esqui nos Andes.

Para concluir, nobre Deputado Sebastião Costa, o Governador Itamar Franco está, sim, preocupado com essa questão da licitação. Tanto que, se a Oposição propuser a instauração de uma CPI para apurar as licitações, o Governo deseja que ela venha, para que se apure a responsabilidade e os responsáveis sejam punidos. Ainda hoje, o "Minas Gerais" publicou o Decreto nº 40.947, que modifica o funcionamento de dispensa e inexigibilidade de licitação para processos no Estado de Minas Gerais. O seu § 1º fala que a autoridade que reconheceu a licença ou a reconheceu inexigível irá encaminhar o processo que dispensou essa inexigibilidade. E o Secretário de Administração terá que analisar e ratificar esse processo.

Esse veto é apenas superficial e não modifica o âmago. Daqui para a frente, Deputado, vamos discutir, caso a caso, os assuntos aqui colocados. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção do Deputado Tadeu Leite.

Solicitamos ao Presidente o prazo de que necessitamos para concluir nosso raciocínio, mesmo porque ainda temos aqueles cinco minutos gastos para a recomposição de "quorum". Temos a certeza de que V. Exa., com seu espírito de liberalidade, nos concederá esse prazo.

Queremos apenas, Deputado Luiz Tadeu Leite, lembrar a V. Exa. que as enchentes que atingiram o Estado de Minas Gerais, no Governo anterior, castigaram realmente a Zona da Mata, de onde vimos, e o Vale do Rio Doce, não o Sul de Minas. As do Sul de Minas, se não nos falha a memória, foram neste ano. Gostaríamos somente de corrigir essa questão. Temos a certeza de que a ordem dos fatores não altera o produto, mas gostaríamos de lembrar a V. Exa. que, no ímpeto de defender ou acusar, e às vezes, excede-se um pouco.

Para concluirmos, para que tenhamos sucesso, é preciso que tenhamos nossa auto-estima valorizada, despertada. Posso adiantar que o Governo tem esse papel. Se passarmos para o exterior uma mensagem negativa do nosso próprio Estado, dificilmente vamos conseguir quem queira aqui investir nessa área. Citamos aqui alguns exemplos de alguns Governadores que têm agido positivamente. Citamos o Governador do Paraná, nosso companheiro de partido. Podemos citar também o Governador do Ceará, que não é do nosso partido, mas tem demonstrado espírito público, mostrando ao público externo a importância do seu Estado. A Governadora Roseana Sarney, do Maranhão, do nosso partido, também se tem revelado como uma pessoa de vocação elevada, capaz de mostrar que o seu Estado, que era pouco expressivo, passa a ter projeção nacional. E, assim, vão outros Governadores, como o da Bahia.

Assim sendo, somos favoráveis ao veto. Ele não modifica a espinha dorsal do projeto. Estamos alertando para o fato de que Minas Gerais precisa passar para o resto do Brasil e para o público externo, principalmente para o exterior, o seu potencial e sua disposição em receber investimentos externos.

Por esse motivo, usamos todo o nosso tempo nesta tribuna. Agradecemos a V. Exa. a liberalidade. Gostaríamos de ter um pouco mais de tempo, mas também compreendemos que V. Exa. tem de se ater às normas regimentais. Assim sendo, vale concluir que Minas Gerais tem um grande potencial e tem, sobretudo, uma Oposição que não quer atrapalhar, mas contribuir para que o Estado se desenvolva e seu povo ganhe. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há número regimental para a continuação dos nossos trabalhos, motivo por que declara encerrada, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, que permaneceu na ordem do dia para discussão por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, bem como para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 1º/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em

turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 56; suspensão e reabertura da reunião; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; encerramento da discussão; votação secreta; manutenção do veto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Márcio Kangussu, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.212, em virtude de sua apreciação na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 56, que extingue o Fundo de Previdência Complementar da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado João Leite, que ainda dispõe de 39 minutos e 45 segundos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, continuamos a discutir o veto do Governador do Estado e a Mensagem nº 71/99. Tivemos oportunidade, à tarde, de demonstrar a intenção da Assembléia Legislativa na aprovação desse projeto e na indicação de um saldo para caixa do Governo do Estado. Na verdade, a proposta era que fosse feita uma conta com a vinculação desses recursos, para que pudessem ser utilizados nas obras prioritizadas nas audiências públicas regionais - que agora têm outro nome - e nas obras do orçamento participativo.

Essa era a proposta da Assembléia, que recebeu o veto do Governador, que entende que não é possível que haja uma conta específica para esses recursos e que eles têm de ser colocados no caixa único do Estado. Algumas pessoas gostam de falar que seriam desviados para o caixa único do Estado.

E é essa a intenção do Governador. No ano passado, na discussão aqui, na Assembléia Legislativa - o Deputado Mauro Lobo lembrava à tarde -, havia a intenção de vários Deputados em acabar com essa obrigatoriedade de todos os recursos serem colocados no caixa único do Estado. Estávamos levantando algumas defesas muito firmes do fim dessa obrigatoriedade e estaremos acompanhando o posicionamento agora. Queremos ver se será tão veemente a defesa de que os recursos não podem ser colocados no caixa único do Estado, mas, sim, em contas específicas, para a utilização pelo Governo.

É interessante que, já no parecer do veto total, não vemos mais essa veemência na defesa de se acabar com a obrigatoriedade da colocação desses recursos no caixa único do Estado. Vejamos uma das partes do relatório da Comissão Especial que apreciou esse veto do Governador do Estado. Diz o relator - com a aprovação dos outros membros - que o art. 7º da proposição faz o rateio da parte dos recursos que couberam à Assembléia e o seu inciso I estipula que 58% serão recolhidos do Tesouro Estadual para serem aplicados em programas de Governo constantes nos planos governamentais relacionados a obras, instalações e equipamentos e no atendimento das propostas de natureza orçamentária prioritizadas no orçamento participativo definido no orçamento do Estado.

Os incisos II e III destinam 32% para a obtenção do equilíbrio atuarial do IPLEMG e 10% à conta da Assembléia Legislativa, respectivamente. Parágrafo 1º do art. 7º - o único dispositivo objeto de veto estabelece que os 58% destinados ao Tesouro Estadual, conforme o inciso I, serão depositados em conta específica instituída para a finalidade descrita no referido inciso, que é a aplicação em programas de Governo constantes nos planos governamentais. São recursos para as audiências públicas regionais ou para o orçamento participativo. Foi com trabalho que a Assembléia Legislativa percorreu todo o Estado. Agora, essas regiões aguardam os recursos para a realização daqueles projetos que foram prioritizados nessas audiências ou no orçamento participativo. Temos aí uma mudança de nomes, mas os cidadãos de Minas Gerais estão aguardando os recursos. A Assembléia Legislativa havia proposto que esses 58% fossem colocados em uma conta específica, para serem destinados às obras prioritizadas.

Diz o relator que "analisando o dispositivo vetado, ele é levado a concordar com as razões apresentadas pelo Governador, uma vez que a principal delas é de ordem legal. Ao estabelecer a obrigatoriedade de que os recursos destinados ao Tesouro sejam depositados em conta específica, tal dispositivo fere o art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 17/3/64, que estabelece que o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para a criação de caixas

especiais".

Então, o relator concorda com o Governador em que esse recurso para o qual a Assembléia proponha um caixa especial seja desviado para o caixa único ou conta única do Estado. Cabe ressaltar, diz ainda o relator, que continua valendo o inciso I, que estabelece como serão aplicados os recursos a ser enviados ao Tesouro. O que está em questão é, tão-somente, a abertura da conta especial, que fere a regra do caixa único. Em face do exposto, o relator coloca-se pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 56. Ora, vemos que aqui temos uma mudança total de comportamento. Primeiro, aquela disposição inicial tão aguerrida de acabar com a conta única do Estado. Agora, vemos nosso relator aceitar a argumentação do Governador de que esses recursos têm que estar no caixa único, na conta única.

Mas ressalta o relator que esses recursos estarão preservados, resguardados na conta única do Estado, para ser utilizados naqueles programas e demandas que foram priorizadas nas audiências públicas regionais do orçamento participativo das diversas regiões do Estado. Portanto, vemos que já não temos aquela defesa vigorosa pela extinção da conta única.

Lembro-me que o Deputado Mauro Lobo dizia que defendeu a possibilidade de liquidez nesse caixa único, para que pudessem ser atendidas essas contas que são importantes. Elas deveriam ser atendidas imediatamente, porque sabemos historicamente que, quando buscamos os recursos na conta única do Estado, nunca estão disponibilizados. Acreditam agora os Deputados que defenderam, com tanto vigor, a extinção do caixa único, que esses recursos estarão lá preservados, guardados, para serem utilizados imediatamente pelo orçamento participativo. Acreditam que, a qualquer momento, poderão ser retirados do caixa único e utilizados pelo orçamento participativo, pelas audiências regionais, por aquelas prioridades determinadas pelas audiências que aconteceram no Estado. Temos uma grande expectativa, produzida por essas reuniões.

A nossa população está aguardando, mas, como não temos uma conta específica, pretende o Governador do Estado desviar esses recursos para a conta única do Estado. Eles serão desviados para essa conta única. Entendemos que, com muita dificuldade, teremos liquidez para atender às audiências públicas regionais ou ao orçamento participativo. Teremos que aguardar o momento em que o Governo tiver recursos para aplicar nas audiências.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Gostaria de cumprimentar o Deputado João Leite pela defesa que faz, estribado na necessidade de fiscalização do Legislativo, ou seja, que o Governo tenha recursos específicos para gastos específicos. O Governo, que quer muita transparência, continua lutando para manter o caixa único, que é a via final de todo o dinheiro do povo mineiro.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Neste momento, gostaria de pedir ao Presidente que suspendesse a reunião por alguns minutos, para que pudessemos chegar a alguns entendimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, X, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados; votou "não" 1 Deputado, totalizando 48 votos. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 56. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, de plano, não há número de Deputados suficiente para continuar a reunião. Solicito o encerramento.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 2, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, de Direitos Humanos e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, José Milton e João Pinto Ribeiro, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; João Leite, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da Comissão de Direitos Humanos; João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando Faria e Márcio Kangussu, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em

14/3/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se realizar debate sobre a estrutura e a ação da Fundação Caio Martins, particularmente da unidade de Esmeraldas, e a ocupação recentemente organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Sala das Comissões, 9 de março de 2000.

Sebastião Costa, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/2/2000, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo:

Gabinete do Deputado Anderson Aduino

exonerando, a partir de 3/3/2000, Paulo Tadeu Alvim Penido do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.